Universidades: nacionais, regionais?

Simon Schwartzman

Maio de 2013

Dados publicados recentemente pelo Ministério da Educação, e analisados em matéria do jornal O Globo, mostraram que São Paulo é o Estado que mais envia candidatos selecionados pelo sistema unificado de seleção (SISU, baseado no ENEM) para outras regiões do país. Os dados mostram também que a área de medicina é a aquela em que mais estudantes migram de estado, 46%, o triplo da média geral (O Globo 17 e 25/5/2013).

Interpretei isto como podendo significar que, ao invés de facilitar a mobilidade de estudantes de regiões mais pobres para outras mais desenvolvidas, tornando o ensino superior mais equânime deste ponto de vista, o SISU poderia estar tendo o efeito oposto, ao permitir que estudantes do Estado mais rico ocupassem as vagas nas universidades regionais, reduzindo assim as oportunidades de estudo da população local.

Esta conjectura levantou uma série de questões que precisam ser mais aprofundadas. Primeiro, qual é ou deveria a função das universidades públicas e, mais especificamente, das universidades federais? Elas devem ser entendidas como instituições nacionais ou mesmo globais, abertas a estudantes de todas as origens e desenvolvendo trabalhos de pesquisa de valor universal, e neste sentido sua localização geográfica não seria relevante? Ou elas deveriam ser entendidas como instituições voltadas, pelo menos em parte, a atender às demandas de acesso à educação da população local, assim como realizar pesquisas e atividade de extensão de relevância também local ou regional? Segundo, qual é, de fato, o padrão mais geral de mobilidade dos jovens brasileiros em busca de estudos superiores? Será que o efeito observado entre os candidatos selecionados mais recentemente pelo SISU é um fato isolado, ou reflete uma tendência mais geral de mobilidade da educação superior brasileira? Terceiro, será que o efeito observado com os candidatos paulistas ao SISU tem a ver com o fato de São Paulo ser o Estado mais desenvolvido do país, ou com o fato de que existem muito poucas instituições federais de educação superior no Estado, enquanto que o sistema de educação privado é, proporcionalmente, o maior do país?

O Censo do Ensino Superior de 2011 do Ministério da Educação traz informações sobre o Estado de nascimento dos estudantes de ensino superior no país, assim como sobre a forma em que foram admitidos. Estes dados se referem a todos os estudantes, e não somente aos que ingressaram no ano mais recente, e são limitados pelo fato de que a informação sobre Estado de origem é bastante

incompleta. Estes dados confirmam que São Paulo é o Estado com o maior número absoluto de estudantes admitidos através do ENEM, apesar de ter um número pequeno de universidades federais; e é também o que mais envia estudantes para outros estados. Em termos relativos, porém, o estados que mais enviam estudantes para outras regiões são Alagoas e Sergipe, seguidos de outros estados do Nordeste, o que mostra que o fluxo não é em uma só direção.

Estudantes de nível superior selecionados pelo ENEM

	Total de Nascidos no Estado	% Total selecionados para outros estados	Total Matriculados nos Estados	% nascidos nos Estados	% nascidos em outros etados
11 Rondonia	899	31.5%	868	71.0%	29.0%
12 Acre	318	19.8%	288	88.5%	11.5%
13 Amazonas	1,918	10.9%	2,205	77.5%	22.5%
14 Roraima	175	25.1%	245	53.5%	46.5%
15 Para	3,395	24.2%	2,846	90.4%	9.6%
16 Amapa	144	34.7%	161	58.4%	41.6%
17 Tocantins	567	34.6%	830	44.7%	55.3%
21 Maranhao	6,845	13.4%	6,158	96.3%	3.7%
22 Piaui	1,536	39.8%	1,106	83.5%	16.5%
23 Ceara	5,840	14.7%	5,624	88.5%	11.5%
24 Rio Grande do Norte	4,629	6.4%	5,001	86.6%	13.4%
25 Paraiba	2,567	14.9%	2,932	74.5%	25.5%
26 Pernambuco	2,981	27.7%	2,589	83.2%	16.8%
27 Alagoas	363	63.9%	156	84.0%	16.0%
28 Sergipe	250	48.4%	181	71.3%	28.7%
29 Bahia	5,943	27.1%	4,661	93.0%	7.0%
31 Minas Gerais	20,145	11.7%	20,094	88.5%	11.5%
32 Espirito Santo	5,996	5.3%	6,111	93.0%	7.0%
33 Rio de Janeiro	14,657	7.0%	15,134	90.1%	9.9%
35 Sao Paulo	24,577	18.7%	22,969	87.0%	13.0%
41 Parana	12,287	7.6%	13,572	83.7%	16.3%
42 Santa Catarina	2,532	25.7%	2,679	70.3%	29.7%
43 Rio Grande do Sul	13,986	6.5%	14,133	92.6%	7.4%
50 Mato Grosso do Sul	3,671	11.0%	4,087	80.0%	20.0%
51 Mato Grosso	3,503	8.6%	4,345	73.6%	26.4%
52 Goias	2,718	29.5%	2,546	75.3%	24.7%
53 Distrito Federal	3,525	10.3%	4,446	71.1%	28.9%
Total	145,967				

Fonte: Censo do Ensino Superior - 2011

Tabela 1

Universidades: nacionais, regionais?

Quando a Universidade de São Paulo foi criada nos anos 30, ela pretendia ser, claramente, uma instituição nacional, como parte de um projeto mais amplo de fortalecimento da elite paulista na economia, na sociedade e na cultura brasileira. Quando, anos depois, o Ministério da Educação desenvolveu o projeto da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, ela também pretendia ser uma universidade nacional, que servisse de padrão e modelo para outras universidades que fossem sendo criadas posteriormente no país. A atual rede de universidades federais, estabelecida a partir dos anos 50, teve como origem a nacionalização, ou federalização, de uma série de universidades criadas por iniciativa de governos estaduais que, depois, passaram sua manutenção para o governo federal. Mais tarde, o governo federal foi criando novas universidades em diferentes estados e regiões, atendendo a demandas de políticos e lideranças regionais, sem nenhuma política explícita. Neste processo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os estados mais beneficiados, com São Paulo sendo deixado de lado

até recentemente. A partir dos anos 80 vários estados foram criando universidades próprias, complementando a oferta do sistema federal que se expandia pouco, ao mesmo tempo em que o setor privado crescia.

Não há dúvida que a principal função da grande maioria destas instituições de ensino era atender às demandas por educação superior da população das regiões em que funcionavam, ao mesmo tempo que criavam empregos e traziam investimentos públicos para as regiões em que se estabeleciam. Ao atrair professores e alunos de outras regiões mais desenvolvidas, as universidades poderiam contribuir para modernizar a cultura e a economia de regiões mais carentes, ao mesmo tempo em que poderiam desenvolver pesquisas e atividades de extensão de interesse local.

Estas funções regionais das universidades eram e são contrabalanceadas, no entanto, por outras tendências. Ao oferecer à população local a oportunidade de se qualificar e adquirir credenciais profissionais de validade nacional, as universidades podem também funcionar como canal de "brain drain", permitindo que pessoas mais qualificadas da região se mudem para outros centros mais desenvolvidos e com mais oportunidades de trabalho. Na área da pesquisa e da pós-graduação, a utilização de incentivos e padrões nacionais e internacionais de avaliação tornam os temas regionais e aplicados menos interessantes para os pesquisadores. As eventuais vantagens salariais e a qualidade dos cursos nas universidades locais podem atrair estudantes e professores das regiões mais ricas e desenvolvidas, relativamente pouco qualificados para estudar ou trabalhar em seus locais de origem, mas suficientemente qualificados para competir com vantagem com a população dos locais de destino. Existe assim uma certa tensão, ou contradição, entre as orientações e papéis regionais e nacionais, ou globais, das universidades, que ocorre também no cenário internacional, em que os sistemas universitários de muitos países funcionam em parte para formar especialistas que depois migram para os centros mais desenvolvidos, enquanto que as pesquisas locais, quando existem, se concentram sobretudo no levantamento de dados e informações que são depois analisados e publicados nos países centrais.

O surgimento recente dos rankings internacionais de universidades, mais a percepção da importância, para os países, de possuir centros de ensino e de pesquisa de alto nível, que atuem na fronteira do conhecimento, somado ainda aos altos custos de manter universidades de alto padrão, levou muitos países a selecionar um número pequeno de instituições, presumivelmente nacionais, que passaram a receber apoio e desenvolver atividades voltadas para o alto desempenho, enquanto que outras passaram a ser consideradas como de natureza local ou regional. Esta política, adotada em países tão diferentes como a China, Inglaterra, Alemanha e Rússia, e existente na prática nos estados Unidos, provoca natural resistência das instituições que não entram para o segmento mais selecionado, e temem ser tratadas como instituições de segunda classe, estigmatizando também seus alunos e professores. Por outro lado, se bem implementada, esta política pode liberar as instituições de vocação regional e mais voltadas para o ensino para se dedicar mais às atividades que lhes sejam mais naturais, livres da pressão por excelência em pesquisa e alto desempenho que não têm condições de atender.

Nesta possível contradição, nenhum dos extremos é desejável. As universidades regionais não podem se fechar às influências e penetração de pessoas, culturas e temas de estudo e pesquisa nacionais e globais, permanecendo isoladas e capturadas pelas populações e temas locais. Elas não podem, por outro lado, perder ou não desenvolver vínculos com o meio local, atuando como se sua localização geográfica fosse irrelevante, o que ocorreria, por exemplo, se houvessem sistemas de bolsas de estudo e residência universitária que permitissem que os estudantes escolhessem livremente aonde querem estudar, ao contrário do que ocorre hoje, em que a grande maioria estuda nos estados e regiões em que nasceram. A situação ideal é quando os aspectos locais e nacionais ou globais se complementam, e a participação das universidades regionais em redes mais amplas de intercâmbio e fluxo de pessoas, ideias e conhecimentos permite que elas se desenvolvam, se modernizem e desta forma beneficiem também as populações locais. Aplica-se às universidades o mesmo raciocínio que se pode aplicar às atividades econômicas, com os conhecidos riscos do isolacionismo e protecionismo local, em um extremo, e os da abertura para a economia mais ampla no outro, abertura que não só é inevitável como, em geral, a mais positiva se acompanhada de políticas locais de absorção e consolidação dos de seus benefícios.

Padrões de integração e circulação regional do ensino superior no Brasil.

Os dados disponíveis, tanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, quanto do Censo do Ensino Superior do Ministério da Educação, permitem ver em termos gerais em que medida a educação superior no Brasil é orientada para as populações dos estados ou de caráter nacional. No primeiro caso, os estudantes estudariam nos estados em que nasceram, e os estudantes matriculados em cada Estado teriam nascido no próprio Estado[1]. No segundo caso, estas relações não existiriam, e não haveria correlação entre local de nascimento e local de estudo. Como os estudantes de nível superior nasceram 18 ou mais anos atrás, e como existe uma mobilidade regular da população entre os estados e regiões que pode ser antiga e determinada por outros fatores que não o acesso à educação, é necessário tomar este dado em conta para entender o que está acontecendo especificamente com o ensino superior.

A tabela abaixo resume as informações de mobilidade entre estados de jovens entre 18 e 24 anos, estudantes de nível superior e pessoas com educação superior completa, com dados da PNAD 2011. As três primeiras colunas mostram a percentagem de pessoas nas três categorias em cada Estado que nasceram no próprio Estado e continuam no Estado, ou seja, indica a permanência (e a diferença para 100% indica os que migraram para outros estados) . As três últimas colunas dão a percentagem de pessoas residentes em cada categoria que nasceram no Estado (ou seja, a diferença para 100% indica o fluxo de entrada).

[1] O ideal seria considerar o Estado em que os alunos completaram o ensino médio, mas infelizmente esta informação não consta dos dados do IBGE ou INEP.

Mobilidade inter-estadual de jovens, estudantes e formados de nível superior

	Saída % dos nascidos que continuam no Estado			% das pessoas originárias do Estado		
	Entre adultos de 18 a 40 anos	Entre estudantes de nível superior	Entre pessoas com educação superior Completa	Entre adultos de 18 a 40 anos	Entre estudantes de nível superior	Entre pessoas com educação superior Completa
Rondonia	78.1%	63.8%	33.3%	56.1%	68.3%	77.7%
Acre	86.7%	86.3%	75.2%	83.8%	87.6%	80.2%
Amazonas	93.3%	84.3%	78.7%	87.8%	91.8%	89.3%
Roraima	86.0%	57.5%	31.9%	44.9%	92.6%	83.5%
Para	85.9%	83.8%	79.4%	83.1%	74.8%	73.0%
Amapa	91.2%	66.2%	66.0%	63.2%	98.3%	92.4%
Tocantins	69.7%	69.0%	54.9%	69.6%	67.4%	65.9%
Maranhao	73.4%	92.9%	86.4%	93.9%	68.5%	70.6%
Piaui	70.5%	92.6%	89.0%	91.2%	68.5%	65.6%
Ceara	83.9%	93.4%	90.0%	94.3%	88.8%	75.0%
Rio Grande do Norte	90.4%	79.5%	77.8%	88.6%	84.3%	80.3%
Paraiba	73.5%	85.7%	80.9%	89.8%	78.2%	75.9%
Pernambuco	80.3%	89.1%	85.8%	92.8%	77.7%	77.0%
Alagoas	75.9%	90.8%	86.4%	94.2%	79.6%	68.9%
Sergipe	83.5%	80.4%	78.0%	87.0%	90.7%	78.8%
Bahia	77.3%	94.3%	86.6%	93.2%	82.3%	74.5%
Minas Gerais	86.6%	91.6%	89.9%	90.3%	81.9%	75.2%
Espirito Santo	88.4%	78.9%	75.3%	77.7%	89.0%	81.2%
Rio de Janeiro	92.6%	91.4%	84.7%	88.9%	84.6%	86.0%
Sao Paulo	92.3%	88.5%	85.8%	78.1%	91.2%	90.9%
Parana	75.8%	87.9%	76.8%	89.1%	80.6%	73.8%
Santa Catarina	89.6%	80.3%	78.7%	80.1%	91.1%	83.0%
Rio Grande do Sul	92.3%	95.8%	94.7%	95.5%	88.5%	80.8%
Mato Grosso do Sul	80.2%	77.0%	58.9%	74.6%	78.6%	73.3%
Mato Grosso	83.2%	69.3%	47.8%	63.1%	87.4%	77.5%
Goias	84.3%	75.6%	75.9%	69.2%	77.6%	77.9%
Distrito Federal	72.3%	41.1%	41.1%	53.6%	85.2%	80.7%

Tabela 2. Fonte: PNAD 2011

Os dados dos adultos jovens mostram que o Brasil ainda é um país de grande mobilidade geográfica – cerca de 15% dos adultos jovens vivem em estados diferentes dos que nasceram, com valores particularmente altos, perto de 30%, para vários estados do Nordeste e também Paraná, além de Tocantins. No outro extremo, cerca de 90% ou mais dos adultos jovens nascidos em Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e também Amapá permanecem no Estado em que nasceram.

As razões para estas diferenças variam, mas, de uma maneira geral, estados mais ricos e de população maior têm mais capacidade de reter sua população do que os menores, inclusive porque podem ter fluxos internos de mobilidade que não aparecem nestes dados estaduais. Na outra ponta, em estados como Rondônia, Roraima, Amapá e Mato Grosso, cerca de 40% dos adultos jovens nasceram em outros estados, uma indicação que são regiões de fronteira em expansão.

Dada esta situação, a pergunta que se coloca é se o padrão para os estudantes e pessoas formadas de nível superior é o mesmo do que para a população em geral ou diferente. As colunas 2 e 3, para os nascidos no Estado, e 5 e 6, para os

residentes, mostram a situação, que fica mais clara quando calculamos as diferenças entre as percentagens para estes grupos e para a população como um todo (Tabela 3).

Diferenças de fluxo em relação à população jovem de 18 a 40 anos

	nascidos nos Estados		Rsidentes nos Estados	
	permanência de estudantes de nível superior	Permanência pessoas com educação superior Completa	entrada de estudantes de nível superior	Entre pessoas com educação superior Completa
Piaui	22.0%	18.5%	-22.7%	-25.6%
Maranhao	19.5%	13.0%	-25.4%	-23.3%
Bahia	17.0%	9.3%	-11.0%	-18.7%
Alagoas	15.0%	10.5%	-14.6%	-25.3%
Paraiba	12.2%	7.3%	-11.6%	-13.9%
Parana	12.1%	1.0%	-8.4%	-15.2%
Ceara	9.4%	6.1%	-5.5%	-19.3%
Pernambuco	8.8%	5.6%	-15.1%	-15.8%
Minas Gerais	5.0%	3.3%	-8.4%	-15.1%
Rio Grande do Sul	3.5%	2.4%	-7.0%	-14.7%
Acre	-0.4%	-11.4%	3.8%	-3.6%
Tocantins	-0.7%	-14.8%	-2.2%	-3.7%
Rio de Janeiro	-1.2%	-7.9%	-4.3%	-3.0%
Para	-2.1%	-6.5%	-8.2%	-10.1%
Sergipe	-3.2%	-5.6%	3.7%	-8.1%
Mato Grosso do Sul	-3.2%	-21.3%	3.9%	-1.4%
Sao Paulo	-3.8%	-6.5%	13.1%	12.8%
Goias	-8.7%	-8.4%	8.4%	8.8%
Amazonas	-8.9%	-14.6%	4.1%	1.5%
Santa Catarina	-9.2%	-10.8%	11.1%	3.0%
Espirito Santo	-9.6%	-13.1%	11.2%	3.4%
Rio Grande do Norte	-11.0%	-12.7%	-4.3%	-8.3%
Mato Grosso	-13.9%	-35.4%	24.3%	14.4%
Rondonia	-14.3%	-44.8%	12.2%	21.6%
Amapa	-25.1%	-25.2%	35.1%	29.2%
Roraima	-28.5%	-54.1%	47.8%	38.6%
Distrito Federal	-31.3%	-31.3%	31.6%	27.1%

Fonte: PNAD 2011

Tabela 3

Comparando as duas tabelas vemos que em um extremo, no Piauí, 70% dos jovens adultos nascidos no Estado aí permanecem, com os demais 30% vivendo em outros estados. Mas, entre os piauienses que estão no ensino superior, 91.2% dos nascidos continuam no Estado, uma diferença de cerca de 22 pontos percentuais em relação aos adultos jovens em geral. Neste Estado, assim como no Maranhão, Bahia, Alagoas, Paraíba, Ceará e outros, o acesso ao ensino superior, assim como ter um título e uma profissão universitária, é um fator de retenção, diferentemente de estados como Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Roraima e Distrito Federal, em que a proporção de nativos estudando ou trabalhando em nível superior em outros estados é maior do que da população de adultos jovens em geral. Os estados que mais retêm seus estudantes e profissionais são também, em geral, os que mais atraem estudantes e profissionais de nível superior de outros estados, sugerindo que, nestes

estados, as instituições de educação superior exercem um papel regional significativo. São Paulo, em termos relativos, atrai mais jovens não qualificados do que estudantes e profissionais de nível superior, com mais de 90% destes oriundos do próprio Estado.

Os dados do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação, de 2011 permitem examinar o fluxo de estudantes de nível superior conforme o tipo de instituição em que estudam e a área de conhecimento em que atuam. Infelizmente, embora o Censo tenha informações individualizadas a respeito de 5.7 milhões de estudantes (os que estava efetivamente cursando no ano do Censo) as informações do Estado em que nasceram só existem para 3.8 milhões, uma perda de 34%. Examinando os dados disponíveis, o que se vê é que cerca de 85% dos estudantes estudam nos estados em que nasceram (Tabela 4), independentemente da área de estudos ou da rede escolar. As menores percentagens são para as áreas de serviços (69.8%) e saúde (85%), e as maiores, as de matemática e computação (87.6%), matemática e computação (87.6%), educação (86.9%) e engenharias e produção (86.8%).

Total de nascidos do estado que estudam no Estado										
	Agricultura e veterinária	Ciências sociais, negócios e direito	Ciências, matematica computacão	Educação	Engenharia, produção e construção	Humanidades e artes	Saúde e bem estar social	Serviços	Medicina e Odontologia	Total
Rondonia	75.1%	74.7%	76.9%	80.4%	60.1%	24.5%	78.8%	63.4%	74.9%	74.6%
Acre	94.6%	77.6%	88.7%	91.1%	76.9%	84.1%	80.8%	71.2%	63.7%	84.5%
Amazonas	86.1%	87.9%	88.6%	94.6%	94.2%	81.8%	92.3%	92.9%	92.9%	91.4%
Roraima	83.6%	89.6%	92.3%	89.0%	31.7%	81.1%	86.8%	93.9%	76.6%	87.9%
Para	86.2%	73.9%	78.3%	83.8%	75.6%	60.3%	70.9%	70.8%	69.3%	76.9%
Amapa	84.4%	90.6%	91.6%	95.4%	82.0%	89.0%	84.5%	73.2%	68.7%	90.6%
Tocantins	83.3%	65.6%	68.8%	78.6%	70.9%	63.8%	73.3%	72.1%	82.9%	71.2%
Maranhao	75.7%	75.7%	65.6%	82.3%	77.0%	57.2%	74.1%	79.4%	66.4%	76.8%
Piaui	63.8%	73.2%	66.0%	78.7%	42.1%	38.5%	77.8%	58.2%	63.5%	73.5%
Ceara	93.0%	86.3%	91.5%	90.1%	86.9%	87.7%	85.5%	86.3%	80.5%	87.5%
Rio Grande do Norte	86.4%	89.0%	91.1%	87.2%	79.5%	62.5%	85.7%	93.0%	71.2%	87.4%
Paraiba	81.3%	76.2%	74.2%	74.0%	77.1%	62.0%	83.2%	64.9%	86.3%	76.7%
Pernambuco	25.4%	83.3%	73.4%	83.1%	76.5%	57.5%	74.2%	81.3%	60.7%	80.4%
Alagoas	83.5%	74.1%	72.3%	80.5%	60.9%	35.8%	76.4%	61.3%	49.3%	74.2%
Sergipe	95.4%	87.0%	93.2%	91.5%	89.0%	87.0%	88.9%	88.9%	84.8%	89.3%
Bahia	88.1%	81.2%	79.2%	84.5%	82.6%	81.3%	84.6%	77.6%	68.8%	82.7%
Minas Gerais	84.9%	87.0%	88.0%	85.1%	89.2%	81.5%	84.0%	81.6%	77.7%	86.6%
Espirito Santo	85.3%	89.5%	89.0%	91.6%	85.8%	82.4%	84.1%	82.4%	77.9%	88.1%
Rio de Janeiro	81.9%	92.0%	92.0%	91.3%	91.8%	91.8%	92.9%	91.0%	91.5%	91.9%
Sao Paulo	81.7%	91.7%	91.9%	88.4%	90.4%	91.5%	87.1%	92.0%	80.5%	90.4%
Parana	85.3%	83.0%	84.7%	86.9%	82.3%	84.3%	80.1%	86.5%	70.1%	83.5%
Santa Catarina	83.0%	90.0%	89.6%	86.8%	90.0%	87.6%	85.3%	82.5%	77.9%	88.7%
Rio Grande do Sul	86.8%	90.4%	91.5%	91.3%	89.8%	83.9%	88.4%	86.6%	80.0%	89.9%
Mato Grosso do Sul	74.2%	76.2%	73.8%	79.4%	69.2%	50.4%	67.5%	67.2%	50.8%	74.0%
Mato Grosso	88.1%	85.3%	81.3%	89.1%	80.7%	41.4%	79.8%	87.0%	60.4%	84.2%
Goias	85.4%	84.9%	83.1%	87.5%	76.6%	78.1%	72.9%	86.1%	38.0%	82.5%
Distrito Federal	75.5%	86.6%	88.9%	84.0%	81.8%	84.1%	82.4%	83.6%	72.4%	85.2%
Total	86.9%	86.9%	87.7%	86.9%	86.8%	87.3%	85.0%	69.9%	88.6%	100.0%
Fonte: Censo do Ensino Superior 2011										

Tabela 4

A tabela 5 permite ver, para cada estado e área de conhecimento, a proporção de estudantes nascidos no estado em comparação com o número de estudantes existentes. Em alguns estados pequenos e de ocupação recente, a percentagem de nascidos em outros estados próximo a 40%; nos Estados maiores, a proporção pode ser próxima de 90%.

% de pessoas em cada área nascidas no Estado										
	Agricultura e verinária	Ciências sociais, negócios e direito	Ciências, matematica computacão	Educação	Engenharia, produção e construção	Humanidades e artes	Saúde e bem estar sociai	Serviços	Medicina e Odontologia	Total
Rondonia	73.0%	67.8%	76.1%	69.9%	67.7%	70.8%	66.1%	69.9%	58.9%	68.7%
Acre	91.9%	82.8%	88.9%	89.4%	86.8%	82.5%	84.1%	85.2%	62.4%	86.6%
Amazonas	87.2%	85.4%	88.9%	89.5%	82.4%	80.3%	84.1%	87.1%	76.0%	85.9%
Roraima	63.1%	63.6%	66.2%	51.5%	58.6%	44.8%	62.6%	61.2%	75.2%	61.1%
Para	90.9%	90.6%	93.4%	93.4%	91.7%	83.7%	91.2%	92.0%	83.4%	91.7%
Amapa	63.7%	67.2%	69.6%	76.5%	69.1%	77.5%	67.5%	74.1%	64.6%	70.7%
Tocantins	48.6%	54.5%	56.7%	63.0%	45.2%	64.2%	46.9%	57.0%	28.6%	53.6%
Maranhao	90.5%	89.5%	90.9%	91.0%	89.0%	91.2%	89.5%	92.6%	83.0%	90.0%
Piaui	86.4%	85.3%	79.0%	85.7%	85.3%	85.7%	82.3%	89.2%	70.2%	84.6%
Ceara	92.5%	90.6%	89.3%	94.2%	88.6%	88.3%	89.4%	91.7%	88.3%	90.8%
Rio Grande do Norte	97.3%	83.1%	92.1%	89.0%	80.4%	75.1%	84.3%	85.3%	75.9%	85.0%
Paraiba	79.2%	83.4%	80.9%	85.9%	81.4%	78.3%	71.0%	76.6%	59.1%	80.5%
Pernambuco	50.0%	88.6%	87.7%	86.3%	86.5%	81.9%	90.3%	88.1%	85.7%	88.0%
Alagoas	89.5%	88.3%	87.1%	91.0%	85.8%	89.2%	88.7%	88.8%	81.7%	88.8%
Sergipe	79.2%	77.6%	76.3%	75.2%	73.6%	77.2%	76.3%	76.6%	72.5%	76.3%
Bahia	87.3%	91.2%	92.1%	93.0%	91.4%	81.4%	93.1%	92.3%	92.5%	91.7%
Minas Gerais	83.8%	90.8%	87.4%	87.8%	87.9%	85.7%	85.9%	87.4%	78.7%	88.5%
Espirito Santo	89.3%	85.2%	90.7%	89.9%	89.3%	93.5%	83.9%	77.1%	76.6%	87.1%
Rio de Janeiro	89.0%	92.7%	93.9%	93.2%	90.6%	89.4%	85.2%	93.0%	67.2%	91.3%
Sao Paulo	88.6%	89.4%	90.9%	86.9%	89.1%	88.7%	85.7%	86.8%	82.3%	88.6%
Parana	80.4%	84.8%	83.8%	84.2%	81.4%	73.3%	81.7%	84.7%	75.9%	83.2%
Santa Catarina	79.3%	78.7%	77.1%	78.1%	79.0%	74.0%	72.3%	66.8%	60.4%	77.6%
Rio Grande do Sul	94.9%	95.3%	94.7%	95.5%	94.0%	92.5%	94.2%	93.1%	88.9%	94.9%
Mato Grosso do Sul	79.2%	74.2%	74.4%	75.3%	76.6%	72.4%	71.0%	77.1%	68.6%	74.5%
Mato Grosso	66.6%	69.9%	73.1%	72.9%	71.3%	70.4%	69.9%	72.3%	64.5%	70.6%
Goias	83.4%	81.2%	79.7%	79.1%	83.7%	81.9%	80.2%	82.4%	84.5%	81.0%
Distrito Federal	79.2%	68.3%	74.7%	74.0%	75.5%	71.8%	67.5%	69.9%	59.1%	70.4%
Fonte: Censo do Ensinio Superior 2011										

Tabela 5

Um último aspecto a examinar é se a mobilidade dos estudantes está associada ao fato de estudarem na rede particular ou pública e se, entre estes, o fato de ter sido admitido na universidade através do ENEM faz alguma diferença (Tabela 6). Os dados mostram que a seleção via ENEM traz relativamente mais estudantes de outros estados do que o total, e também que as universidades federais paulistas são as que menos estudantes têm do próprio Estado.

Estudantes que estudam onde nasceram e % de estudantes nascidos no Estado, por tipo de seleção e rede								
	selecionados via ENEM		Privado		Público		Federais	
	% nos estados em que nasceram	% de nascidos no próprio estado	% nos estados em que nasceram	% de nascidos no próprio estado	% nos estados em que nasceram	% de nascidos no próprio estado	% nos estados em que nasceram	% de nascidos no próprio estado
Rondonia	68.5%	71.0%	78.1%	67.7%	60.8%	74.0%	73.5%	74.0%
Acre	80.2%	88.5%	71.1%	86.0%	95.2%	87.0%	97.0%	87.0%
Amazonas	89.1%	77.5%	90.5%	84.5%	93.2%	89.1%	75.9%	78.9%
Roraima	74.9%	53.5%	89.1%	63.4%	81.9%	51.1%	81.4%	52.4%
Para	75.8%	90.4%	68.3%	90.5%	88.0%	93.0%	92.3%	92.8%
Amapa	65.3%	58.4%	90.5%	67.2%	90.7%	81.8%	89.3%	88.6%
Tocantins	65.4%	44.7%	55.0%	52.6%	90.0%	54.3%	90.5%	51.4%
Maranhao	86.6%	96.3%	71.4%	87.5%	85.4%	93.6%	83.5%	95.1%
Piaui	60.2%	83.5%	70.2%	82.6%	81.7%	89.1%	62.2%	84.7%
Ceara	85.3%	88.5%	84.1%	89.2%	92.7%	93.0%	91.5%	91.5%
Rio Grande do Norte	93.6%	86.6%	87.7%	82.9%	86.8%	90.0%	79.8%	94.4%
Paraiba	85.1%	74.5%	72.4%	79.9%	82.2%	81.1%	75.7%	78.2%
Pernambuco	72.3%	83.2%	80.6%	90.5%	79.9%	80.0%	43.8%	73.0%
Alagoas	36.1%	84.0%	72.3%	88.3%	80.3%	90.3%	75.0%	90.9%
Sergipe	51.6%	71.3%	84.4%	79.0%	95.5%	73.4%	97.4%	73.4%
Bahia	72.9%	93.0%	80.3%	90.9%	87.6%	93.3%	86.4%	92.6%
Minas Gerais	88.3%	88.5%	86.8%	90.9%	85.9%	80.9%	91.6%	79.9%
Espirito Santo	94.7%	93.0%	87.9%	82.9%	88.5%	96.9%	90.6%	97.3%
Rio de Janeiro	93.0%	90.1%	92.6%	91.6%	89.8%	90.1%	90.6%	88.2%
Sao Paulo	81.3%	87.0%	93.2%	88.3%	79.2%	90.3%	35.2%	85.9%
Parana	92.4%	83.7%	80.3%	86.4%	90.0%	78.0%	89.3%	80.6%
Santa Catarina	74.3%	70.3%	87.6%	77.6%	90.7%	77.7%	85.9%	71.5%
Rio Grande do Sul	93.5%	92.6%	92.1%	95.2%	74.3%	91.7%	85.9%	91.6%
Mato Grosso do Sul	89.0%	80.0%	74.4%	75.3%	73.0%	72.2%	86.1%	72.2%
Mato Grosso	91.4%	73.6%	83.4%	70.6%	86.2%	70.4%	86.3%	70.4%
Goias	70.5%	75.3%	82.1%	79.3%	83.2%	85.0%	77.3%	81.6%
Distrito Federal	89.7%	71.1%	86.0%	65.5%	82.4%	98.1%	88.2%	99.1%
Fonte: Censo do Ensinio Superior 2011								

Tabela 6

São Paulo: uma exceção?

A última questão é se o fato de o Estado de São Paulo ser o que tem a maior rede estadual, a menor federal, em termos relativos, e ser também o mais rico do país, afeta de alguma maneira a natureza nacional ou regional de seus estudantes.

A tabela 7 mostra que, embora o sistema estadual paulista, com cerca de 163 mil estudantes, seja de longe o maior do país, ele de fato só atende a 10.5% dos estudantes do Estado, sendo portanto menor, em termos relativos, do que os do Paraná, Ceará e outros estados. As poucas universidades federais no Estado só atendem a 1.9% da matrícula, proporção que é muito maior nos Estados do Nordeste e Norte, entre 30 e 40%, e também de Rio de Janeiro e Minas Gerais, 18 e 22% respectivamente. O corolário é que 85% da matrícula do Estado de São Paulo é atendida pelo setor privado, a maior proporção do país.

Do ponto de vista da equidade na distribuição dos recursos federais, o Estado de São Paulo tem boas razões para se queixar, inclusive pelo pouco apoio que recebe do governo federal em relação aos impostos que gera, embora se possa sempre argumentar que, com os recursos que o Estado dispõe, ele não precisa tanto destes recursos federais. Não há dúvida também que deveria haver uma ampliação forte da rede rede pública no Estado, ampliando e fortalecendo instituições com uma vocação mais regional, e atendendo a um público mais amplo. Nos anos recentes tem havido um aumento significativo de faculdades de tecnologia no Estado que apontam na direção correta.

% de MATRÍCULAS DE NIVEL SUPERIOR POR DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA E ESTADO						
	Privada com fins lucrativos	**Privada sem fins lucrativos**	**Pública Estadual**	**Pública Federal**	**Pública Municipal**	**Total**
Rondonia	35%	44%		20%		100%
Acre	40%	3%		57%		100%
Amazonas	42%	19%	18%	21%		100%
Roraima	48%	2%	20%	31%		100%
Para	34%	15%	14%	37%		100%
Amapa	36%	26%	9%	29%		100%
Tocantins	21%	27%	1%	33%	19%	100%
Maranhao	39%	21%	17%	22%		100%
Piaui	43%	12%	15%	30%		100%
Ceara	35%	25%	20%	19%		100%
Rio Grande do Norte	9%	45%	12%	34%		100%
Paraiba	19%	21%	17%	44%		100%
Pernambuco	34%	26%	8%	21%	10%	100%
Alagoas	16%	35%	13%	36%		100%
Sergipe	51%	5%		44%		100%
Bahia	49%	20%	17%	14%		100%
Minas Gerais	26%	49%	3%	22%	0%	100%
Espirito Santo	29%	47%	0%	23%	1%	100%
Rio de Janeiro	29%	47%	6%	18%	0%	100%
Sao Paulo	30%	55%	10%	2%	2%	100%
Parana	37%	29%	21%	13%	1%	100%
Santa Catarina	20%	44%	5%	13%	18%	100%
Rio Grande do Sul	11%	66%	1%	22%		100%
Mato Grosso do Sul	31%	34%	10%	25%		100%
Mato Grosso	37%	30%	13%	20%		100%
Goias	33%	38%	10%	14%	5%	100%
Distrito Federal	31%	52%	0%	16%		100%
Total	30%	42%	9%	16%	2%	100%

Fpnte: Censo do Ensino Superior 2011

Tabela 7

Conclusão

A análise sugere que, embora o sistema de seleção unificada do SISU possa estar contribuindo para nacionalizar em certa medida as universidades federais, isto não chega a alterar o fato de que as instituições de ensino superior brasileiras sejam predominantemente locais, do ponto de vista da mobilidade dos estudantes, que é o que estes dados permitem ver. Existem diferenças em relação aos estados menores e de fronteira, que recebem e enviam mais estudantes para outras partes, e também por áreas de conhecimento, com destaque para a área de medicina e odontologia, que tende a operar em um marco mais nacional na seleção dos estudantes, em prejuízo dos estudantes de origem local.

Seriam necessários dados sobre pesquisas, atividades de extensão e emprego dos alunos formados para saber se, além de atender predominantemente à população local, as instituições de ensino superior estão atendendo de outras formas as necessidades e temas regionais, e contribuindo ou não para fixar os estudantes nos locais em que se formam. É possível supor que, além do SISU, outros mecanismos estão atuando para nacionalizar as instituições de ensino superior, incluindo as avaliações do ENADE, idênticas para todo o país, e, no

setor privado, a crescente integração das instituições em conglomerados que buscam padronizar os cursos que proporcionam e, assim, ganhar economias de escala. É um processo que ocorreu também no setor das comunicações, em que os jornais, rádios e estações de TV se integraram a redes nacionais, assim como na área financeira, com os grandes bancos nacionais que absorveram e substituíram os bancos locais, e assim por diante. É um processo inevitável, mas que não elimina o fato de que as pessoas, na sua grande maioria, vivem e permanecem nos locais em que nascem. A pergunta que fica é se, neste processo, a vida local não se esvazia, a capacidade de lidar com as questões do quotidiano, que são também em grande parte locais, se reduz, e se as instituições de ensino superior não deveriam ter alguma responsabilidade em lidar com isto.